

## **O depoimento, segundo o depoente**

O coordenador da Superintendência de Assistência social, prof. Waldir, abriu uma comissão de sindicância formada: por um professor amigo dele, da Odontologia; uma procuradora geral da USP, da procuradoria disciplinar, a Raquel; um outro cara procurador, que faltou; e uma escritã, funcionária do SAS. A comissão, segundo consta na portaria GS-018, seria para “apurar os fatos, autoria e responsabilidade da invasão ao restaurante Central”. Na verdade essa manifestação — não invasão, inclusive o portão estava abertíssimo — aconteceu em fevereiro. Descrevo o que vi e lembro:

Essa tal manifestação, de caráter espontâneo, foi pensada e avisada entre amigos e amigos dos amigos na mesma tarde. Acabou também chegando ao meu ouvido, quando passava pelo corredor do CRUSP. Nisso, o bandejão estava aberto, já era umas 18h, sei lá. As pessoas — gente do CRUSP, gente que estava passando e ia subir pra aula, gente que conhecia gente que já estava ali — entraram na fila. Simplesmente as pessoas foram girando a catraca e entraram na fila da comida. Passei assim como os outros. Alguns informaram, alto, que aquilo era uma manifestação contra a falta de diálogo sobre as mudanças acontecidas na Universidade... daí uns falaram dos processados, do reitor, da polícia...

Uns que estavam na fila começaram a filmar, outros, principalmente os do CRUSP, baixaram a cabeça com medo de filmagens e possíveis processos. Eu, que talvez não botasse tanta fé em processos tão arbitrários, comecei a conversar com o funcionário que estava na catraca, que já conhecia, de tantas outras refeições, e que não desapoiava a manifestação, mas tinha medo de represália e por isso só ficaria ali, de canto. A fila começou a ficar confusa, umas pessoas espontaneamente começaram a organizá-la.

Nisso, a guarda chegou, o chefe da guarda parecia nervoso. Fui conversar com ele, num primeiro momento, ele virou tão nervoso que quase me acerta, mas acho que viu que eu falava baixo, e começou a me contar que tinha receio que alguém transformasse aquilo em “baderna” (embora quem chegou nervoso foi ele). Eu, sabe-se lá de que lugar da minha cabeça, disse que não ia dar em nada assim, para ele ficar despreocupado... então, e essa ideia veio dele, para garantir ficaria ali, ao seu lado, perto da catraca mesmo. As pessoas iam passando, e eu mesma ia falando, alto para o pessoal ouvir, que aquilo era uma

manifestação, de caráter pacífico, pelo diálogo. Lógico, nem todos gostaram, mas ninguém deixou de comer. Ali fiquei até o fim. Depois, o chefe da guarda me deu tchau, disse pra eu me cuidar, e acabou-se.

### **Meses depois: 23 de agosto de 2012**

Fui avisada 72 horas antes sobre o dia e a hora do meu depoimento. Todas as salas da Superintendência destinada a esses fins estavam com gente, de diversos processos, prestando depoimento. Então me mandaram pra uma sala atrás do Restaurante Central, nos fundos, onde ficam os caminhões com entrega de comida. Assim que cheguei só havia a escritã e a procuradora. Como pensava ser só um esclarecimento — como me avisou a funcionária escritã, que também me entregou a notificação —, cumprimentei ambas e perguntei à procuradora se ela era a Raquel. Ela levantou os olhos do processo, me mediu de cima abaixo, virou para a escritã e perguntou quem era essa. A Carolina, a outra respondeu. Ela voltou a me medir e botou os olhos de novo no processo, me ignorando.

Voltei a puxar assunto e perguntei informações sobre o processo, pedindo para que me dissesse quando não pudesse informar algo. Ela me disse que não tinha nada pra me informar: eu já sabia do que era culpada — de repente eu virei culpada. Eu já conhecia todo o procedimento porque já passei por isso outras vezes. No mesmo dia à noite eu entendi que ela não sabia quem eu era, mas tinha certeza que eu seria uma “terrorista” várias vezes processada, que todos conhecem quem são “vocês” — os terroristas — e que não tinha nada que eu já não soubesse.

Depois da patada número um, que ainda não serviu pra eu entender como seria, expliquei que o que fiz ou deixei de fazer pertencia a fatos relativos, portanto eu queria saber como foram considerados esses fatos juridicamente. Ela levantou os olhos do processo e despejou de uma vez que seria processada como liderança já identificada, dano ao patrimônio e invasão, porque tudo isso constata um fato delituoso, segundo as normas éticas da universidade, acarretando num processo disciplinar a correr na procuradoria geral. Ressaltou, de novo, que eu era liderança, e que a pena apontada seria pagar o dano: as refeições comidas durante o protesto.

Não sabia que poderia ter um advogado, nem que precisaria de um para evitar tratamento degradante, nem tampouco me foi informado. Munida de despreparo jurídico,

acreditei que o que deveria fazer seria somente comparecer, explicar o que vi e ir embora. Afinal, como havia me afirmado a funcionária que me entregou a notificação, nessa manifestação, realizada na primeira semana de aula, tinha muitas pessoas. Todo mundo passou para pegar a sua bandeja. As únicas “provas” utilizadas para tentar transformar a manifestação em crime eram fotografias cuja maior parte são de pessoas jantando. Não haveria como encontrar responsáveis. O professor amigo do Waldir ainda não havia chegado. Aproveitei e escrevi tudo isso.

Tentei mais algumas perguntas que foram respondidas assim: “isso não é uma sala de aula, isso é um inquérito, quem trata de perguntar aqui sou eu, você responde”. Levantei, peguei um café que tinha numa mesinha na entrada da sala — jurava que era pra mim — e fui respirar lá fora. Encontrei uma funcionária das que serve refeições, conversando com ela. Expliquei o que ia fazer ali, trocamos alguns problemas sobre essa nova USP, cheia de processo e tocando terror. Ela me abraçou, desejou boa sorte, e daí em diante já fiquei com os olhos cheios de água.

Tentei ligar pro X, que também estava prestando depoimento, pra tentar de última hora arranjar um advogado. Impossível, celular desligado. Entrei, e enquanto entrava, chegou o tal professor. A Raquel se levantou, o cumprimentou muito solícita e sorridente, oferecendo cafezinho — que afinal não era pra mim —, e os dois mantiveram uma conversa paralela, sobre as aulas que ele dá... Lembraram que eu estava na sala. Disseram que iam começar...

A primeira coisa que ela fez, foi ler — ou fingir que lia — a descrição dos fatos: que eu estaria na fila, “segurado” a mão do funcionário que controla o acesso ao bandejão para impedi-lo de pegar os tickets, e as pessoas começaram a pular a catraca e sair correndo em direção à comida. Enquanto isso, eu “colocava” as pessoas para dentro, “entoando” palavras de ordem, dizendo para pegarem duas bandejas, e dividi-las com quem não é aluno. Fiquei pasma... nada do que ela disse era verdade, e eu não sabia o que responder primeiro. Não sabia como seria o formato de um inquérito, mas achei que começaria com uma pergunta, não com uma afirmação categórica justamente sobre como não aconteceu. Seria minha palavra, aluna, contra a dela, procuradora geral da USP.

Daí comecei respirando e disse bem devagar que eu declaro não haver pego na mão de ninguém, que não toquei ou segurei no corpo de ninguém. Daí em diante já não sei qual

foi a ordem, mas lembro de uma ou duas frases dela e respostas minhas depois desse começo. Ela afirmou: “você ‘colocou’ as pessoas para dentro do bandeirão”. Parei e escrevi a frase, ao mesmo tempo que disse que não responderia ao modo como estava formulada... disse que não “coloquei” porque somente poderia colocar meu próprio corpo e o de mais ninguém. Ela levantou o tom de voz e perguntou se eu ia continuar com aquela ceninha — a de escrever — e emendou que se eu continuasse “tumultuando” (!) ela teria que tomar as medidas judiciais cabíveis. Fiquei com medo, fechei o caderno. Na hora percebi que afirmações como “você colocou”, “você segurou” serviam para construir de fato uma criminalidade. A única maneira de me colocar numa participação relevante seria se eu tivesse cometido algum ato concreto.

Ela conseguiu, nas duas horas e meia que fiquei na sala, me confundir. Ela disse que todos os outros notificados me apontaram como líder, que sabia que havia me reunido horas antes com Y, Z e W, que, aliás, W já estava expulsa. “Este é mesmo o único caminho pra quem faz essas coisas”, me disse... Num tiroteio, disse que a gente só queria que quem não fosse aluno comesse de graça, que eu apoiava quem queria comer de graça, “quem não é aluno, quem não merece aqueles benefícios”, “fazer uma invasão, combinada, a troco de nada”... que aquilo era ridículo, que eu não gostava de reforma... como que a gente estuda pro vestibular e tem a “cabeça tão diminuta”. Fiz questão de várias respostas minhas usarem esse mesmo termo. Em certa altura ela disse: “Aposto que amanhã isso estará em todos os jornaizinhos”. Indignada, perguntou como que a gente se deixa manipular por Y, porque eu não entregava logo Y...

Daí veio a primeira intervenção do professor amigo do Waldir... Ele disse que Y sempre sai ileso, que ele conseguiu fazer com que todos os seus amigos fossem expulsos... e eu, que poderia ter um futuro profissional brilhante, “olha só que desperdício, se vê que você é uma menina inteligente”, metida nisso... Daí eles começaram a trocar frases sobre Y, depois, sobre os expulsos, sobre mim. Uma hora perguntavam pra mim e o outro respondia com sarcasmo... me chamaram várias vezes de manipulada, de líder... me associaram à “baderna” que se queria montar na USP... Como que eu não aproveitava o melhor da universidade, como perdia meu tempo com essas coisas, que bem se via que eu estava arrependida, “confessa logo, você está arrependida”, que eu parasse de filosofar porque eu não tava na minha faculdade, que eu colaborasse, “você não disse nada”, “você

não fala nada de útil”, “é bom começar a colaborar”, que eu estava protegendo os outros, que eu ia pagar tudo sozinha, ser processada sozinha, sofrer as consequências sozinha...

Fui ficando indignada, nervosa, com medo. Tudo que ela falava era muito fantasioso. Tentei explicar o que consegui encontrar como resposta para aquela grande fantasia: a Universidade desconhece a universidade, pra mim o jurídico é uma grande nuvem nebulosa, e para eles, existe estudantes se reunindo de madrugada numa facção perigosíssima. Ela não estava interessada nas minhas conclusões. Não prestou atenção e disse que eu fugia do assunto. Respondi de novo que era esse o problema, que ninguém faz manifestações e precisa dar paulada em catraca, que não é assim, como ela pensa.

Então, aconteceu algo que me deixou intrigada sobre a postura dela. Ela virou para escritã, com um sorriso, e disse: “Escreve aí que ela não precisou dar paulada”. Aquele esclarecimento parecia uma arapuca. Pedi para que a escritã explicasse, ao lado, que aquele termo era uma ironia.

Eu não aguentei e disse que já não conseguia responder. Coloquei a mão na testa e fechei o olho segurando o choro. Eles não paravam de falar... Daí tentei responder devagar, mas desabei a chorar, disse que eu estava desgastada e não aguentava mais. Então ela mudou a folha do processo, e como num rascunho, tinha uns nomes à caneta. “Esses são os líderes, que eu sei” — incrível que ela sabia de tudo sempre! — e falou uns quatro ou cinco nomes, junto com o meu... Daí lembrei de algo que me convenceu que ela mentia sobre o depoimento das testemunhas: impossível dois, dos “líderes” apontados, estarem ao mesmo tempo no mesmo local: eles tinham na época filho recém-nascido e eu sabia que um deles sempre ficaria com o filho — lógico, no mínimo.

Sem contar isso, comecei a afirmar que o processo era tendencioso, vicioso e repetitivo, porque os líderes eram ou pessoas já processadas, ou nomes que sabe-se lá da onde surgiram, porque nunca ouvi, nem conhecia, portanto não liderei nada com eles, e que tinha situações e pessoas que nunca estariam ali. Nisso ela aumentou um pouco o tom de voz, baixou na sequência, virou para o professor amigo do Waldir, comentando a minha falta de colaboração. Não havendo mais caminhos, ele encerrou: “Sinto muito, a gente tentou te ajudar, obrigado”... Assinei o depoimento, com a cara inchada, nervosa e louca para sair logo dali.

Só assinei porque não aguentaria, ao bater o pé, mais meia hora de guerra correndo o risco de outras “medidas judiciais cabíveis”. Peguei uma cópia. Lendo, vi que além de mal escrito, as coisas que eu disse estavam truncadas, cortadas, mal explicadas, editadas. Não parecia que alguém me fazia perguntas e eu respondia, parecia que eu me repetia e me autoacusava... A última frase á algo como “e nada mais me foi dito, nem perguntado e nem por mim respondido, assino e dou fé”... Assim foi o meu esclarecimento... Mas muito mais me foi dito e por mim respondido e já esquecido...